



22º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDANTES DO
CAMPUS PÚBLICAS

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM PEQUENOS MUNICÍPIOS A PARTIR DA CBST E DA INOVAÇÃO LOCAL

Gabriel de Assis Pereira ¹

Kaiane Alves Vedoi ²

Maria Letícia Xavier Barbosa ³

RESUMO

Este artigo analisa o programa Agro Família Legal, proposto pelos estudantes à prefeitura de Modelo/SC no ano de 2024. Ele foi concebido como uma inovação incremental orientada para a regularização da agricultura familiar e fortalecimento da governança territorial do município localizado no extremo oeste de Santa Catarina. O diagnóstico territorial foi realizado a partir da concepção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) proposta por Turnes et al., (2022). No território estudado existem muitas oportunidades como a atuação do SEBRAE local, o reconhecimento dos agricultores da agricultura familiar e eventos de grande visibilidade regional. Apesar de serem identificadas barreiras que limitam o aproveitamento do potencial produtivo e turístico local, como alto índice de informalidade e ausência de certificações como o Selo Nacional da Agricultura Familiar - SENAF, além de dificuldades de acesso à informação e fragmentação institucional, neste cenário são viáveis soluções inovadoras incrementais. O programa Agro Família Legal propõe a criação de um ponto de atendimento físico centralizado na prefeitura para oferecer, de forma simplificada, orientação

Graduando do Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, ggb.gabriel.pereira@gmail.com;

Graduanda do Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, kaianevedoi@gmail.com;

Professora orientadora: Doutorado em Políticas Públicas, Escola Superior de Administração e Gerência - Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, mleticiabx@email.com.



sobre o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), emissão do SENAF, encaminhamento sanitário e apoio técnico presencial, articulando diferentes atores locais em um arranjo de governança colaborativa (Ansell & Gash, 2008). A implementação de iniciativas voltadas à agricultura familiar é criada pela limitação de infraestrutura de internet, seja pela carência de conhecimentos básicos em ferramentas digitais por parte dos agricultores. Além disso, a inadequação da linguagem utilizada nos canais online à realidade e ao vocabulário do meio rural restringe ainda mais a efetividade das ações. Nesse contexto, propõe-se a criação de um escritório físico localizado no município, como estratégia de aproximação, incentivo e suporte direto aos produtores, de modo a superar as limitações do formato exclusivamente virtual e promover maior inclusão e participação da comunidade. O estudo, de abordagem qualitativa, baseou-se em análise documental, entrevistas semiestruturadas e aplicação do painel de CBST, permitindo compreender os entraves locais e desenhar uma solução tecnicamente viável e socialmente inclusiva. Os resultados indicam que inovações institucionais incrementais, quando alinhadas às necessidades territoriais e sustentadas por parcerias multisectoriais, podem gerar impactos significativos na valorização econômica e identitária da agricultura familiar.

Palavras-chave: Inovação no setor público; Governança colaborativa; Agricultura familiar; Desenvolvimento territorial sustentável.

Referências

- Ansell, C., & Gash, A. (2008). Governança colaborativa na teoria e na prática. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 18(4), 543–571.
<https://doi.org/10.1093/jopart/mum032>

Graduando do Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, ggb.gabriel.pereira@gmail.com;

Graduanda do Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, kaianevedoi@gmail.com;

Professora orientadora: Doutorado em Políticas Públicas, Escola Superior de Administração e Gerência - Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, mleticiabx@email.com.

Turnes, V. A., Cazella, A. A., Guzzatti, T. C., & Pecqueur, B. (2022). Monitoramento de uma cesta de bens e serviços territoriais: a construção de um painel de indicadores. *Raízes*, 42(1), 224–240. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.784>



Graduando do Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC,
ggb.gabriel.pereira@gmail.com;
Graduanda do Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC,
kaianevedoi@gmail.com;
Professora orientadora: Doutorado em Políticas Públicas, Escola Superior de Administração e Gerência - Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, mleticiabx@email.com.